

## ***A Covilhã em 1922 no ABC do Comércio, da Indústria e da Agricultura***

*Covilhã in 1922 in the ABC do Comércio,  
da Indústria e da Agricultura*

ANTÓNIO DOS SANTOS PEREIRA

Universidade da Beira Interior

*University of Beira Interior*

asp@ubi.pt

### RESUMO

Um projeto editorial atento, um periódico que cobre os espaços do país, particularmente os progressivos em tempos de crise, veio à Covilhã fazer um dos mais perfeitos retratos da cidade. Rocha Martins e Carlos Ferrão, na direção, e Arnaldo Forte, que veio à Covilhã, como redator talentoso, longe dos gabinetes da política, assumem através da imprensa periódica, o estímulo ao progresso pátrio onde ele é mais merecido. A Covilhã de 1922 é considerada uma cidade laboriosa e fecunda. É o tempo dos lanifícios em que muitas fábricas aproveitavam não só a energia das suas ribeiras, mas também a eletricidade e se equipavam de forma moderna naquilo que os modernistas chamaram a Era das Máquinas.

### PALAVRAS-CHAVE

Covilhã, Imprensa periódica, Indústria, Maquinofatura, Património.

ABSTRACT

An attentive editorial project, a journal that covers the country's various territories, particularly the progressive ones in times of crisis, came to Covilhã to draw one of the most perfect portraits of the city. Rocha Martins and Carlos Ferrão in the direction, and Arnaldo Forte, who came to Covilhã, as a talented editor, away from the cabinets of politics, assume through the periodic press the stimulus to the country's progress where it is most deserved. The Covilhã of 1922 is considered a laborious and fruitful city. It is the time of woollen mills in which many factories took advantage not only of the energy of their streams but also of the electricity and equipped themselves in a modern way in what modernism called the Machine Age. From medieval Covilhã, a russet maker, to today's Covilhã, the producer of the finest woollen fabrics, there is a work to be admired, cemented by successive generations of industrious people (ABC, 1922)

KEYWORDS

Covilhã, Heritage, Industry, Machine-manufacture, Periodic press.

Da Covilhã medieva, fabricante de burel, à Covilhã de hoje produtora dos mais finos tecidos de lã, há uma obra a admirar, cimentada por gerações sucessivas de gente laboriosa (ABC, 1922)

## INTRODUÇÃO

Já percorremos o essencial da história do periodismo em projetos: docente, na unidade curricular de História da Imprensa Regional do primeiro mestrado na Universidade da Beira Interior em Ciências da Comunicação; e editorial, tanto no estudo das relações da região com os seus representantes, no poder legislativo, em *O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926)* (PEREIRA, A.S., 2002) como no levantamento de matérias e imagens com que ilustramos o livro que os CTT quiseram editar intitulado *A Indústria Têxtil Portuguesa* (PEREIRA, A. S., 2017a). Debruçamo-nos agora, aqui, sobre o número especial de um projeto exemplar de jornalismo de investigação, levado a cabo por duas das figuras portuguesas mais cultas do século XX português, que aponta a Covilhã como o paradigma de um núcleo urbano capaz de colocar-se à frente no ramo têxtil dos lanifícios, sem rival ao tempo, antes trazendo-lhe avanços tecnológicos planetários na seleção das matérias primas, na adoção de tecnologias e desperta para a melhoria das condições de vida no meio operário que se quer culto, aberto às novas tecnologias e capaz de acompanhar o pensamento progressista. O número projetado pretendia abarcar todas as dinâmicas sociais para além das que caracterizam a cidade dos lanifícios e, portanto, há uma aproximação ao passado da Covilhã bem como uma sondagem do futuro tentando-se perceber por exemplo a questão do turismo

## UM PROJETO EDITORIAL EXEMPLAR DE ROCHA MARTINS E CARLOS FERRÃO E A MAIS SÉRIA COLABORAÇÃO DOS INTELLECTUAIS DO TEMPO NO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS

O semanário *ABC* nasceu em 1920, no período em que a imprensa periódica ainda congregava o essencial do espaço público português servindo de plataforma ao que se passava no Teatro e no Cinema, nas Artes e na Política, nos corredores do poder e na rua, em particular em Lisboa. Era o tempo áureo dos jornais e das revistas, alguns e algumas de curta duração, mas de grande impacto no público em geral, ou nos meios artísticos e literários, uns tantos e outras, de mais lastro fundo. Relembramos os projetos que consultámos ultimamente: *Orpheu* (1915), *Portugal Futurista* (1917) e *Athena* (1925), para estudar Fernando Pessoa (PEREIRA, A. S., 2018a e 2018b) e *A Hora* (1922), *A Batalha* (1923 e 1924) e *O Diabo* (1934-1935) (PEREIRA, A. S., 2017), para perceber parte do percurso de Ferreira de Castro. No seu projeto original, o ABC apresentava-se essencialmente como revista de atualidade, porém com o lema de defesa do trabalho e dos trabalhadores, fossem estes empreendedores, intelectuais ou elementos da grande «massa proletária» como fazia constar no seu programa (*ABC. Revista Portuguesa*, 1920). A iniciativa cabia ao literato e publicista Francisco José da Rocha Martins (1879-1952), no modelo consagrado no século anterior, que assume a direção. Como editor, aparece uma outra figura que viria a ter nome grande na imprensa portuguesa, ao tempo ainda jovem, Carlos Ferrão (1898-1979). Este teve a colaboração de Ferreira de Castro, Mário Domingues e Reinaldo Ferreira, o célebre *Repórter X*. Ferreira de Castro publicou neste periódico aquele que, cremos, ter sido o seu primeiro conto de Natal com ilustração de Roberto Nobre (CASTRO, F, 1922: 26-27). Carlos Ferrão foi cronista de guerra, traduziu a obra de Churchill e viria a ser diretor da *Vida Mundial* e historiador reputado. O seu vasto espólio bibliográfico, composto de

mais de quarenta mil obras, repousa hoje na Biblioteca-Museu República e Resistência, do Município de Lisboa.

A lista de colaboradores na publicação em causa era extensa e composta por homens e mulheres, figuras distintas da sociedade e da cultura portuguesa, com a promessa de cobrir um leque largo de secções: o quotidiano económico e social; as artes, a moda, a literatura, o cinema e a fotografia; a ciência e o ensino; e os factos políticos relevantes em Portugal, nas Colónias e no Estrangeiro. Apenas a título de exemplo, notamos elencados o compositor Luís de Freitas Branco (1890-1955) e a poetisa Virgínia Victorino (1895-1967). Todavia o número *espécime* de abertura anunciava que todos os portadores de assunto pertinente e reputação honesta podiam colaborar, mostrando uma centena de clichés de figuras da literatura, da cultura e da arte portuguesas, encimados por Teófilo Braga, Gomes Leal e Lopes de Mendonça.

Atualmente, podemos localizar algumas coleções daquela revista nas hemerotecas portuguesas. Desde logo, na Hemeroteca Municipal de Lisboa, confirmando-se a sua publicação desde 15 de julho de 1920 até 24 de setembro de 1931 em total de 580 números. Há uma outra coleção na Biblioteca – Museu República e Resistência também tutelada pela câmara da capital portuguesa intitulada coleção Dulce Ferrão, mulher de Carlos Ferrão. A mesma consta na Biblioteca Nacional em três cotas, uma delas em microfilme. Todavia não conseguimos localizar em nenhuma delas, o número especial dedicado à Covilhã. Ficaram por consultar a coleção da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa e a da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. A Fundação Mário Soares levou a cabo a digitalização dos números de que dispõe no Fundo DBG - Documentos Bernardino Machado em dezassete pastas.

O referido diretor daquela publicação, Rocha Martins, era uma personalidade conceituadíssima, autor de mais de uma centena de títulos de vários géneros entre eles, a novela e o romance histórico, o ensaio, a memória e a biografia, em que se nota a predileção pelos temas pátrios, mas era, sobretudo, um homem dos jornais. Nós consideramo-lo um dos defensores do então império português como poucos na metrópole. Nele, notamos a capacidade de intervir oportunamente no espaço público na forma do publicista mais típico de Oitocentos, muito atento à imprensa periódica, capaz de opinar sobre os mais diversos temas. Falecido em 1952, algumas das suas obras continuam a ser reeditadas com sucesso como é o caso de *Madre Paula*.

## A COVILHÃ, A SUA INDÚSTRIA, AS SUAS INSTITUIÇÕES E AS SUAS TRADIÇÕES EM 1922

Tendo o ABC entrado nos prelos em tempo de crise, transformação e mudança, em várias ocasiões, esta é abordada pelos seus colaboradores, o que acontece quando em 1922 é decidida a edição de um número especial sobre “A Covilhã: a sua indústria, as suas tradições”, hoje de difícil localização como demonstramos acima por apenas terem sido catalogados os números normais depois de encadernados. Conhecemos e percorremos, no entanto, aquele número especial, nas mãos amigas do mestre e museólogo António Pinto Pires, a quem agradecemos.

A cidade e os seus arredores, colhidos em imagens cinematográficas por Artur Costa de Macedo, em 1921, emergem como uma ilha de prosperidade no país esmagado pela crise. O editor da revista editada no ano seguinte atribuía dois adjetivos ao emblema da cidade: “laboriosa e fecunda”, em contraponto à apagada e vil tristeza do restante espaço português. A insistência naquele lema foi suportada pela adesão que os meios industriais

covilhanenses demonstraram à dotação das suas fábricas com um aparelho produtivo moderno. Afinal, eles não se tinham ficado pela celebração, mas pela concretização do maquinismo que o modernismo literário português também adotara em manifesto uma década antes. A Covilhã aderiu «À era das Máquinas» que Álvaro de Campos proclamara em *Ultimatum* anos antes (Portugal Futurista, 1917). O projeto de 1922 foi mais do que um escorço, como a humildade do editor anunciava e constituiu-se um espelho cristalino da Covilhã de finais do primeiro quartel do século XX. O que mais nos toca é perceber que os promotores de uma certa moralidade pública cruzavam as artes e os saberes: a História, a Literatura, a Pintura, a Moda etc. Para além de ser trazida à colação a questão recorrente da crise, uma outra era debatida, com veemência: a participação ou não do Estado nos projetos industriais como o da “Cidade da Lã”, se não de uma forma direta, pelo menos no dever de «cuidar dos aspetos morais e materiais desse meio industrial dos mais importantes do país, no seu género, mesmo único». Não deixa de ser curioso o envio de uma figura da dimensão do Dr. Arnaldo Forte à Covilhã. Este ficou para a História como conceituado poeta: colaborou na composição de alguns fados e elaborou sonetos de qualidade, que atualmente integram o projeto Gutenberg. O articulista parece-nos claramente inserido na corrente higienista que fora lançada em Portugal em finais do século anterior com a criação do Instituto Central de Higiene (1899) e fazia a sua caminhada sob a batuta de Ricardo Jorge, que a introduzira no CEP em 1916. Preparou-se meticulosamente para a função estudando o presente da cidade e o seu passado até onde pôde. Com efeito, desce até à Covilhã visigótica. Assenta que a mesma foi destruída pela invasão muçulmana. Refaz os avanços e recuos da reconquista cristã indo até Afonso III das Astúrias (866-910) em cujo reinado percebemos as primeiras manifestações de portugalidade no triângulo Porto/Braga/Guimarães. Segundo Arnaldo Forte, a Covilhã era precocemente liberta do jugo muçulmano de forma definitiva no reinado de Fernando I, logo, antes de 1065, adiantando um século a sua História cristã.

Não houve tema que tivesse escapado à pena do Dr. Arnaldo Forte na sua abordagem inteligente à Covilhã embora épica. De imediato, os transportes, o abandono do caminho de ferro incapaz de cumprir com as necessidades locais, as pautas alfandegárias desajustadas, o reconhecimento da qualidade e do preço concorrencial dos produtos das fábricas covilhanenses, mais acessíveis do que os estrangeiros entre quarenta e sessenta por cento, e as dificuldades de acesso a boa matéria-prima. Não deixa de ser significativo o facto de as antigas vantagens da proximidade a esta se terem esgotado na modernidade. Dir-lhe-á o interlocutor Gualberto Costa não sem surpresa: a lã «nacional, além de inferior em qualidade, é insuficiente para as necessidades do fabrico». Ora até hoje nada se fez para corrigir a situação quebrando assim o antigo compromisso entre a cidade e o campo. Todas as técnicas são trazidas à colação, como todos os artífices ou profissionais têxteis, desde o mestre-debuxador até às meticulosas operações de acabamento e preparação, para expedição para o mercado.

O autor do trabalho jornalístico abordou muito seriamente a questão da habitação e do equipamento urbano essencial: «a biblioteca, o teatro, o cinema, a escola profissional». Se, ao tempo, o Estado não dava as respostas que devia às necessidades da população local, o Dr. Arnaldo Fortes realçou, no entanto, a missão assistencial que a Misericórdia da Covilhã desenvolvia em particular através do seu hospital. Ao abordar este tema, manifestava a boa preparação que fizera para desempenhar a tarefa de que fora incumbido citando o manuscrito de Manuel Cabral de Pina datado de 22 de março de 1734 e fornecendo o número dos irmãos da mesma e o respetivo capital e taxa de juro de empréstimo no período imediato à revolução liberal e em 1922, quase um século depois.

Ano	Irmãos	Capital	Taxa de juro
1835	263	38.021.230 rs.	5%
1922	1985	73.000 escudos	7% a 8%

Quadro 1 – Misericórdia da Covilhã

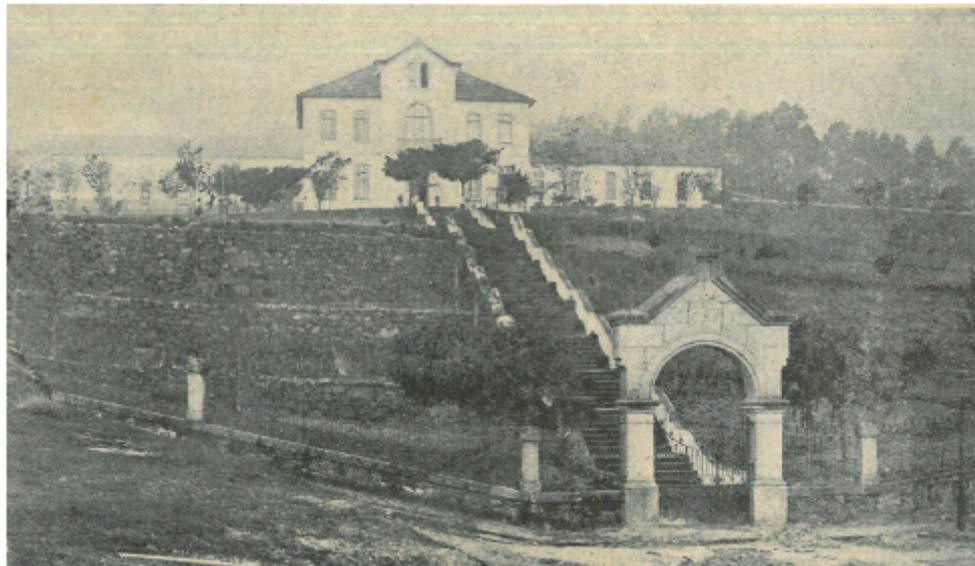


Fig. 1 – Hospital da Covilhã em 1922

Sabemos hoje que a Misericórdia da Covilhã estava fundada em 10 de novembro de 1511 pela confirmação feita por D. João III em 1542, porém Arnaldo Forte precisou o que até então as informações lhe permitiam (ANTT e PAIVA, J. P, coord., 2004: vol. 3, p. 289). Além da Misericórdia, eram referidos ainda no âmbito da assistência: o Albergue dos Pobres e o Asilo da Infância Desvalida. Depois de nos fornecer as informações sobre estas instituições, apoiado nos conhecimentos de João Gualberto da Costa, técnico reputado e presidente da assembleia geral da Associação Industrial e Comercial da Covilhã, o repórter percorre, de facto, as fábricas da Covilhã e enumera as principais fases do processo produtivo dos tecidos em título sugestivo: «Da Tosquia à Tecelagem». A reportagem será ilustrada com excelentes fotografias. Lamentamos não ter acesso aos originais para uma melhor definição. Apesar da rigorosa preparação, decerto, o articulista ainda manifesta uma deficiente compreensão do complicado processo têxtil dividindo a lã em duas qualidades a de fibra longa e a de fibra curta, quando antes devia fazê-lo entre fibra fina e fibra grossa. Seguramente importa-se com todas as operações desde a tosquia, a escolha, a lavagem, a cardação, a fiação e a tecelagem, mas dá uma particular atenção às operações de ultimação feitas no passado na fase de tosamento. Remete ainda para o ao antigo pisoamento ou atual feltração e avança para o perchamento. Com algum rigor, no entanto, enumera os quatro cursos de água que forneciam energia motriz às diferentes fábricas, percebendo-se que sessenta e uma rodas hidráulicas funcionavam particularmente no inverno, por ordem de importância nas ribeiras: Carpinteira, Degoldra, Água de Alto e Aldeia de Carvalho.

Forma de energia	Aparelhos	Cavalos Vapor
Rodas hidráulicas	61	600
Turbinas	8	200
Motores a gás pobre	46	1200
Caldeiras a vapor das tinturarias	18	500
Máquinas a vapor	16	600
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>3100</b>

Quadro 2 – Energia disponível na Covilhã em 1922

Os industriais queixavam-se, então, sobretudo do preço que a hulha tinha atingido depois do primeiro conflito mundial, tendo subido de 7\$50 para 300\$00 por tonelada. Não seria bem assim. O preço da hulha aumentara desde o século XVIII até à Primeira Guerra Mundial. Todavia o mesmo deve considerar-se na relação com as diferentes moedas e a desvalorização do escudo face à libra esterlina e ao dólar com que se adquiria aquela era descomunal. A subida do preço daquela matéria-prima energética acentuara-se no início da Primeira Guerra Mundial e acelerara em 1919, apenas amainando em 1924. O aparelho produtivo em máquinas de cardação e fição era de facto considerável na Covilhã, percebendo-se que os preços dos produtos poderiam ser reduzidos se a eletricidade substituísse quanto antes o vapor, tendo em atenção os custos elevados do combustível das respetivas máquinas.

A História é a mestra da vida, a ministra da justiça e a promotora da verdade no tribunal do tempo. Certamente, a Covilhã não atingira com os romanos o esplendor que depois deles conseguiu, pois parece-nos que a lã que já então fazia a sua riqueza seguia em bruto para Itália e outros pontos mais industriais do Império. Nós acreditamos que a instalação de um aparelho produtivo considerável se deu com a multiplicação dos pisões no período imediato à Reconquista, como já defendemos em outra parte, aumentou com o interesse que os monarcas portugueses lhe dedicaram com a instalação de uma Feitoria da Lã, no século XVI, e uma Fábrica Real, no Período Mercantil, cabendo a primeira grande glória ao terceiro Conde da Ericeira e uma segunda ao Marquês de Pombal. A efetiva industrialização acelerou depois da Revolução Liberal, no período imediato a 1834, por incentivos alfandegários e uma maior capacidade de imitação do que se fazia na Europa e nos Estados Unidos por parte dos empreendedores portugueses frequentadores das exposições internacionais que vão entrar na moda.

Desde os finais da Segunda Guerra Mundial, a Covilhã dispõe de um quadro romanesco, que mostra o amago industrial da cidade e as íntimas relações com os seus subúrbios, Aldeia de Carvalho, Boidobra, Tortosendo, Teixoso, Unhais e, em particular, a vila de Manteigas, no coração da Estrela, elaborado pelo talentoso Ferreira de Castro, depois de um pórtico demonstrativo de sério estudo da principal atividade que ali se desenvolvia desde os primórdios do povoado. Em outro lugar, confirmamos que este reputado literato não seria quem foi se, ao regressar do Brasil, jovem e pobre, alguém não lhe tivesse dado a mão. Ora foi Rocha Martins que o apoiou dando-lhe emprego nos jornais que dirigiu e o inspirou em alguns trabalhos a desenvolver. Curiosamente esta figura encarna o jovem monárquico que Ferreira de Castro fez subir o Amazonas e o rio Madeira na selva amazónica. Rocha Martins foi deputado pelo concelho de origem de Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis, durante a ditadura de Sidónio Pais. Com efeito, vinte anos antes de Ferreira de Castro se deslocar à Covilhã para o memorável romance *A Lã e a Neve*, Rocha Martins tinha mandado levar a cabo o mais sério retrato alguma vez feito pela imprensa periódica portuguesa a propósito das gentes desta cidade, particularmente dos empreendedores industriais, dos operários e das atividades que nela se desenvolviam. A publicação levada a efeito em número especial da *ABC: Revista Portuguesa*, em junho

de 1922, confirma o que levamos dito. Repetimos que um ano antes por iniciativa Artur Costa Macedo tinha sido realizada a maior operação de publicidade do burgo serrano através da nova arte que então dava os seus primeiros passos, o cinema, com o documentário *A Covilhã Industrial, Pitoresca e Seus Arredores*. Juntavam-se, pois, os dois fatores civilizacionais de maior impacto nas sociedades cultas ocidentais, a imprensa periódica do século XIX e o cinema do século XX.

O espelho da Covilhã, que o número especial da revista ABC constitui, não esqueceu nenhum dos seus aspetos. Depois dos primeiros contatos com João Gualberto da Costa, que já anunciámos acima, o Dr. Arnaldo Forte, enviado daquela, foi recebido com toda a hospitalidade no palacete do Sr. Conde da Covilhã no Refúgio. O Dr. João Megre emprestou-lhe o automóvel para as deslocações. Curiosamente ainda, o jornalista lançou nas instalações da firma Barros & Irmão, mostrando-se naquela publicação os exteriores do edifício onde a mesma estava instalada. Almoçou com um grupo de sete figuras em que se destacava o jovem pintor Eduardo Malta, então na Covilhã. O quadro “Susana” deste pintor, ali publicitado, projetava-o para mais altos voos. No mesmo sentido, colaborou um autorretrato do mesmo ali exibido. Parece-nos publicitária a fotografia da sede do Banco Nacional Ultramarino que aparece em edifício clássico da cidade. Entre outros grupos de figuras distintas da Covilhã, o Dr. Arnaldo Forte fez-se fotografar com o dos empreendedores que compunham a Associação Industrial da Covilhã: o Padre Alfredo dos Santos Marques, Inácio da Silva Fiadeiro, Manuel do Nascimento Anaquim, Álvaro de Moraes e Francisco Fino.

O paço filipino da Câmara Municipal aparece na sua melhor expressão, percebendo nós que também funcionava como cadeia desde a sua origem, dado o facto de o extenso concelho servir desde sempre como sede de tribunal intermédio por ter juiz de fora. É feita uma breve história da Escola Industrial Campos Melo. Como já dissemos acima, a Misericórdia da Covilhã mereceu também algum realce, sendo apresentados os membros da sua mesa administrativa, o seu provedor, os seus rendimentos e a sua obra, em particular, durante a ainda recente epidemia, dita pneumónica, que fizera aumentar o número de hospitalizados. São-nos fornecidas a propósito três belíssimas imagens: uma do exterior e duas do interior do Hospital, mostrando a bem arrumada enfermaria feminina.

Na edição, houve a preocupação de caracterizar as figuras dos operários e das operárias, típicos na sua forma de trajar, destacando-se o “corte à garçanete” de duas operárias. Ficamos a saber pelas palavras de João Gualberto da Costa que a população operária da cidade rondava os 12.000 indivíduos entre homens e mulheres. Todavia naquela revista, aparece a galeria das principais figuras da Covilhã da época: o Conde da Covilhã, continuador da Fábrica Mendes Veiga; Gregório Nunes Geraldês; João Mendes Alçada de Paiva; José Guilherme de Castro; José Maria da Silva Campos Melo; José Maria Veiga de Campos Melo; Manuel Nunes Geraldês; Marcelino José Ventura, continuador da Fábrica Mendes Veiga; Valério Gomes Correia, fundador da Companhia Nacional de Lanifícios; e o Visconde da Coriscada. Obviamente o foco da publicação vai todo para a Indústria dos Lanifícios.

Uma das alusões mais interessantes à ação modernizadora da indústria dos lanifícios é feita à família Gomes Correia, dizendo o autor do artigo que, em 1828, o «ilustre António Gomes Correia se refugiou em Inglaterra» acompanhado os liberais aí exilados (ABC, 1822). Lembrando nós que está documentada a participação da família, uma geração depois, na Exposição Universal de Londres em 1851, pela mão de Valério Gomes Correia, aí exibindo a lã merina branca da Covilhã (*Revista Universal Lisbonense*, 1851:138).

As principais fábricas aparecem em fotografias ao longo das cerca de quarenta páginas da publicação em razoável equilíbrio com o texto bem cuidado. Ficamos a saber que havia

então um Centro Comercial de Lanifícios com uma secção de Amostras. O Convento de Santo António e atual reitoria da Universidade da Beira Interior estava ao tempo transformado em armazém da Sociedade de Fabricantes de Lanifícios. Jaime Pintassilgo era detentor de grandes armazéns de lanifícios, mostrando-se os interiores e os exteriores. A revista mostra duas imagens de pormenor do interior e uma do exterior da Fábrica Alçada e Filho Sucessores, onde constam mais de duas dezenas de mulheres em trabalhos de ultimação têxtil. Era exibido o interior da fábrica de fiação e cardação Álvaro de Moraes. A Fábrica António Estrela e C<sup>a</sup> teve merecido destaque em ilustrações de interior, onde se mostram as turbinas, as metedeiras de fios, as urdideiras e a secção de tecelagem com os seus teares. O dono da fábrica teve a oportunidade de falar com o enviado da revista ABC, como se vê em outra imagem. Há também uma ilustração do açude de tomada de água desta fábrica na ribeira da Carpinteira então com um considerável caudal. São ainda mostradas duas fotografias dos exteriores da Fábrica Barata, exibindo uma imensa roda de água. A Fábrica de João Nave Catalão ficava nas Poldras, de que é fornecida uma vista de conjunto, havendo ali uma da área de râmolas. A Fábrica Cruz Filho, na ribeira da Carpinteira, era imensa. A Fábrica de João Rodrigues Peixoto aparece junto ao Pisão Novo, com o seu lavadouro de lãs. A Fábrica de Joaquim Pereira Espiga tinha uma interessante roda. A Fábrica de José da Cruz Fael Júnior também ficava nas Poldras, sendo-nos mostrada uma imagem de exteriores e outra de interiores. Podemos observar na revista a secção de cardação da importante fábrica de Joseph Bohoom, que aparece em outra fotografia que a encima, noticiando-se que tinha falecido recentemente. Desta fábrica, também nos é fornecida a fotografia da secção de fiação. A fábrica de Manuel do Nascimento Anaquim aparece em quatro ilustrações, uma de exteriores dos edifícios, as outras três, de interiores: a administração, a fiação em dois pormenores, onde aparece uma *self acting mule*. A fábrica de Manuel Jerónimo de Matos chega-nos em cinco ilustrações de interiores: a secção de tecelagem, a caneleira, a de encomendas, a da administração e a de vendas. Esta fábrica contava com o apoio de um grande edifício de armazém de vendas. A Fábrica do Pisão Novo, de Francisco Fino, aparece em três ilustrações: o exterior dos edifícios na Goldra, os interiores com os teares de ferro e os armazéns de venda.



Fig. 2 – Padrões fabricados na Fábrica do Pisão Novo (ribeira da Goldra, Covilhã)

A Fábrica Alçada e Filho é exibida com uma ilustração da secção de estambre e outra de ultimação, onde notamos mais de uma vintena de mulheres extraordinariamente concentradas nas suas tarefas. A Fábrica de Prudêncio Rodrigues Peixoto ficava no refúgio

e era-nos fornecida uma imagem do seu exterior. Da Firma Copeiro e Donas, exibem-se o exterior e o interior do seu edifício de administração, onde podemos identificar claramente os responsáveis. A firma de Fernando Cruz foi representada com uma fotografia deste industrial e outra dos seus depósitos de anilina. A Fábrica Ranito e Mesquita impunha-se, como outras já citadas, pela sua dimensão, na ribeira da Carpinteira. A Fábrica do Sineiro aparece no seu vasto conjunto edificado. A respetiva legenda confirma o dinamismo do seu proprietário, Manuel Lino Roseta. Podemos também contemplar o interior de um extenso pavilhão da dita Grande Fábrica do Refúgio com grupos de homens e mulheres inativos e uma outra ilustração de exterior com as mulheres ocupadas na escolha das lãs. O conjunto dos edifícios da Empresa Transformadora de Leão L<sup>da</sup>, situada à Fonte da Lameira, é considerado importante pelo enviado da revista.

O turismo era então uma atividade incipiente ainda que se percebessem as potencialidades locais por força de uma natureza única e algum património arquitetónico a divulgar.

## CONCLUSÃO

Em conclusão, parece-nos do maior interesse a reedição atual deste trabalho levado a cabo em 1922 pela iniciativa da Revista ABC e a execução do Dr. Arnaldo Fortes, em número fac-similado, como é intenção do Mestre António Pinto Pires, pelo rigor com que aquele enviado especial se debruçou sobre as instituições, a sociedade, a economia e a cultura covilhanenses, não tendo descurado uma interessante síntese histórica e, em particular, a preocupação do levantamento de todo o seu aparelho fabril em atividade ao seu tempo e ainda as potencialidades turísticas que a serra punha ao dispor da cidade, da região e do país. Depois do trabalho de Fradesso da Silveira em 1863 sobre as *Fábricas da Covilhã*, este é dos mais completos e particularmente bem informado e ilustrado, até aos nossos dias, em que a *Rota da Lã Translana* da Prof. Dr.<sup>a</sup> Elisa Pinheiro e do Museu de Lanifícios tudo observa com a mais pertinente informação.

## FONTES

ANTT. *Chanc. de D. João III*, liv. 32, fl. 20v. Lisboa, 1511, novembro 10/ confirmação de 17 de janeiro de 1542 – Alvará estendendo à confraria da Misericórdia da vila da Covilhã os mesmos privilégios e liberdades outorgados anteriormente à de Lisboa. In PAIVA, J. P., coord., (2004). A fundação das misericórdias: o reinado de D. Manuel I. In: *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*. Vol. 3, Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas e Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

## BIBLIOGRAFIA

ABC. *Revista Portuguesa*. Espécime grátis (1920).

ABC. *Artes, Turismo, Indústria, Comércio* (1922), 1<sup>a</sup> série, n.º especial dedicado à Covilhã, Lisboa, junho.

CASTRO, Ferreira de (1922). Conto de Natal: o Expatriado. In: ABC, ano III, n.º 127, Lisboa, 21 de dezembro, pp. 26-27, com ilustração de Roberto Nobre. <https://archive.org/stream/passeiosnaprovi00coelgoog#page/n10/mode/1up>

COELHO, Eduardo (1873). *Passeios na Província*, Lisboa, Tipografia Universal.

- PEREIRA, António dos Santos (2018a). *A Indústria Têxtil Portuguesa*. Lisboa: CTT.
- PEREIRA, António dos Santos (2018b). Os Livros e as Leituras Plurais de Fernando Pessoa. In *Portugal /Brasil /PALOP: Relações Culturais*, 13 - 53. . Lisboa: Colibri.
- PEREIRA, António dos Santos (2018c). No mar do futuro, com Fernando Pessoa, "errante, demorado e obscuro". In *100 Futurismo*, 503 - 517. Lisboa: Edições Esgotadas.
- PEREIRA, António dos Santos (2017). O tempo de Ferreira de Castro (1898-1971). In *Ferreira de Castro: 100 anos de vida literária*, 91 - 122. Porto: Fundação Eng. António Almeida.
- PEREIRA, António dos Santos (2002). O Parlamento e a Imprensa Periódica Beirã em Tempos de Crise (1851-1926). Lisboa/Porto, Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- PINHEIRO, Elisa Calado (Dir.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA: Percursos e marcas de um território de fronteira: Beira Interior (Portugal) e Comarca Tajo-Salor-Almonte (Espanha)*. Do Vol. 1, Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- PINHEIRO, Elisa Calado (Dir.) (2008). *Rota da Lã TRANSLANA: Inventários das vias agropecuárias e do património edificado associado à indústria de lanifícios*. Vol. II. Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.
- Revista Universal Lisbonense* de 30 de Outubro de 1851.
- Portugal Futurista* (1917), Lisboa, nº 1.